



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2020

LISTA DE VERIFICAÇÃO – PREGÃO
(Instrução processual - fase de habilitação)

FORNECEDOR:	VOLT MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI
CNPJ:	26.507.653/0001-55
CONTATO (telefone e e-mail): (31) 25155066	Senhor - ANA PAULA COSTA GRECO Email: volteletrica1@gmail.com
ITEM Nº	Lote nº 1 e item nº 50

	SIM	NÃO	NA
1. Extrato de declarações do COMPRASNET	X		
2. Habilitação jurídica			
a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário	X		
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores			X
c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício			X
d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir			X
d.1) verificar condição do edital referente a outros documentos exigidos para o exercício da atividade licitada (ex.: alvará sanitário, licença ambiental etc) – especificar (incluir uma nova linha para cada exigência)			X
3. Regularidade fiscal			
a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	X		
b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)	X		
c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014	X		
d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente	X		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	SIM	NÃO	NA
e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente			X
4. Regularidade trabalhista			
a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	X		
5. Qualificação econômico-financeira			
a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante	X		
a-1) Verificação da Autenticidade da Certidão junto ao site do órgão expedidor	X		
b) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil (conforme Acórdão TCU 1.999/2014)			X
b.1) demonstrativos contábeis eventualmente exigidos – especificar (incluir uma nova linha para cada exigência)			X
6. Qualificação técnica			
a) Um ou mais atestado de capacidade técnica-operacional em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual conste a elaboração de serviços compatíveis com as parcelas mais relevantes do objeto da licitação, observadas as quantidades mínimas exigidas no edital			X
b) Outros documentos – especificar (incluir uma nova linha para cada exigência)			X
7. Consulta restrições (empresa e sócios majoritários)			
a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php	X		
b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc	X		
c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93	X		



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: **26.507.653/0001-55**
Razão Social: **VOLT MATERIAIS ELETRICOS EIRELI**
Nome Fantasia: **VOLT MATERIAIS ELETRICOS**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **18/11/2020**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	17/11/2020
FGTS	Validade:	03/07/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	03/07/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	17/08/2020
Receita Municipal	Validade:	20/06/2020

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: **30/04/2020 (*)**



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 26.507.653/0001-55
Razão Social: VOLT MATERIAIS ELETRICOS EIRELI
Nome Fantasia: VOLT MATERIAIS ELETRICOS
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: **Advertência** - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 153296 - NUCLEO DE CIENCIAS AGRARIAS/UFMG
Data Aplicação: 11/10/2019
Número do Processo: 23072016763201861
Descrição/Justificativa: Inexecução total das notas de empenhos 2019NE800169 e 2019NE800191.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: **Advertência** - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 153163 - MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC
Data Aplicação: 05/08/2019
Número do Processo: 23080021236201951
Descrição/Justificativa: Conforme portaria n. 466/PROAD/2019, de 5 de agosto de 2019, publicada no Boletim Oficial da USFC n. 91/2019, de 9 de agosto de 2019. Disponível em: <http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Advertência** - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 153163 - MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC
Data Aplicação: 22/03/2019
Número do Processo: 23080060836201853
Descrição/Justificativa: Conforme portaria n. 122/PROAD/2019, de 7 de março de 2019, publicada no Boletim Oficial da UFSC n. 34/2019, de 23 de março de 2019, disponível em: <http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Advertência** - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 741000 - ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO/RJ
Data Aplicação: 27/11/2017
Número do Processo: 63014004559/2017 Número do Contrato: AF-L-05-00082/2017
Descrição/Justificativa: O Sr. Assessor de Ordenação de Despesas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, no uso das atribuições pela Portaria nº 150/AMRJ, de 08 de julho de 2015, resolve aplicar penalidade de advertência à empresa Volt Materiais Elétricos Eireli-Me.

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Advertência** - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 90016 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - RJ
Data Aplicação: 16/06/2017
Número do Processo: RJEOF2017/234.09 Número do Contrato: NE Nº 2017NE 800018
Descrição/Justificativa: A sra. Diretora da Secretaria Geral, dra. Patrícia Reis Longhi, DECIDIU aplicar à empresa VOLT MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI (CNPJ: 26.507.653/0001-55), a penalidade de ADVERTÊNCIA, em face do atraso de 12 dias na entrega do material objeto da nota fiscal nº 000.000.004, referente à nota de empenho nº 2017NE 800018 (fls.02), nos termos do item 12 do Edital do Pregão nº 14/2017, subitem 12.2, alínea "a", c/c o art. 87, I, da Lei nº 8.666/93.

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Multa** - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Outros
UASG Sancionadora: 90025 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/RO
Data Aplicação: 03/01/2019 Valor da Multa: R\$ 169,56
Número do Processo: 24390920184018012 Número do Contrato: 2018NE000690
Descrição/Justificativa: Atraso injustificado de 11 dias na entrega do material referente à Nota Fiscal n. 000.000.198, no valor de R\$ 3.082,90.

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Multa** - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Inabilitação ou Desclassificação por Irregularidade ou Inexequibilidade da Proposta
UASG Sancionadora: 80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO
Data Aplicação: 21/11/2017 Valor da Multa: R\$ 2.332,35
Número do Processo: 3801-92.2017 Número do Contrato: PE nº 19/2017
Descrição/Justificativa: A empresa formulou, para os itens 01 e 02 do Pregão Eletrônico nº 19/2017, propostas em desacordo com as especificações editalícias, motivo pelo qual teve suas propostas desclassificadas.

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO**
Data Aplicação: **03/08/2017** Valor da Multa: **R\$ 4.513,76**
Número do Processo: **613-91.2017** Número do Contrato: **PE 69/2016**
Descrição/Justificativa: **Comportamento inidôneo consistente na formulação de proposta em desacordo com as exigências do Edital do Pregão Eletrônico 69/2016 (SRP para lâmpadas LED).**

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **70018 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SAO PAULO**
Data Aplicação: **15/02/2019** Valor da Multa: **R\$ 1.248,00**
Número do Processo: **PAD 2270/2017** Número do Contrato: **NE-2554/2017**
Descrição/Justificativa: **Recusa do material por não atender às especificações técnicas contratadas.**

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO**
Data Aplicação: **06/12/2019** Valor da Multa: **R\$ 188,28**
Número do Processo: **Proad 721/19** Número do Contrato: **CTC 401/2019**
Descrição/Justificativa: **Atraso da entrega de parte do objeto da contratação. Processo de apuração de penalidade Proad 2056/19. Desp. Odesp 1957/19 e 1985/19.**

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: **Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª**
Motivo: **Comportamento inidôneo ou fraude fiscal**
UASG Sancionadora: **80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO**
Âmbito da Sanção: **União**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **15/12/2017** Prazo Final: **24/12/2017**
Número do Processo: **3801-92.2017** Número do Contrato: **PE nº 19/2017**
Descrição/Justificativa: **A empresa formulou, para os itens 01 e 02 do Pregão Eletrônico nº 19/2017, proposta em desacordo com as especificações editalícias, conduta esta que caracteriza comportamento inidôneo, vedado pelo Art. 7ª da Lei nº 10.520/2002.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: **Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª**
Motivo: **Comportamento inidôneo ou fraude fiscal**
UASG Sancionadora: **80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO**
Âmbito da Sanção: **União**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **19/02/2018** Prazo Final: **28/02/2018**
Número do Processo: **613-91.2017** Número do Contrato: **PE 69/2016**
Descrição/Justificativa: **Comportamento inidôneo consistente na formulação de proposta em desacordo com as exigências do Edital do Pregão Eletrônico 69/2016 (SRP para lâmpadas LED).**

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência: **Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª**
Motivo: **Falha ou fraude na execução do contrato**
UASG Sancionadora: **70018 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SAO PAULO**
Âmbito da Sanção: **União**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **15/02/2019** Prazo Final: **14/06/2019**
Número do Processo: **PAD 2270/2017** Número do Contrato: **NE-2554/2017**
Descrição/Justificativa: **Recusa do material por não atender às especificações técnicas contratadas.**

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **70017 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**
Impeditiva: **Não**
Número do Processo: **71.188/2017** Número do Contrato: **2017NE000690**
Descrição/Justificativa: **O Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro comunica a aplicação da penalidade de multa moratória, no percentual de 0,25% sobre o valor relativo a DANFE Nº 16, por dia útil de atraso, pelo atraso de 6 dias úteis na entrega do material.**



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 26.507.653/0001-55
Razão Social: VOLT MATERIAIS ELETRICOS EIRELI
Nome Fantasia: VOLT MATERIAIS ELETRICOS
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: **26.507.653/0001-55**
Razão Social: **VOLT MATERIAIS ELETRICOS EIRELI**
Nome Fantasia: **VOLT MATERIAIS ELETRICOS**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **18/11/2020**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	17/11/2020
FGTS	Validade:	03/07/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	03/07/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	17/08/2020
Receita Municipal	Validade:	20/06/2020

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: **30/04/2020 (*)**



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BELO HORIZONTE

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: VOLT MATERIAIS ELETRICOS EIRELI

CNPJ: 26.507.653/0001-55

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 20 de Março de 2020 às 09:39

BELO HORIZONTE, 20 de Março de 2020 às 09:39

Código de Autenticação: 2003-2009-3945-0952-4172

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BELO HORIZONTE

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: VOLT MATERIAIS ELETRICOS EIRELI

CNPJ: 26.507.653/0001-55

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 20 de Março de 2020 às 09:39

BELO HORIZONTE, 20 de Março de 2020 às 09:39

Código de Autenticação: 2003-2009-3945-0952-4172

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (08/06/2020 às 10:23) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 26.507.653/0001-55.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5EDE.3BE6.72EC.4630 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (08/06/2020 às 10:26) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 071.220.316-83.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5EDE.3C79.8A2B.3777 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 26507653000155

LIMPAR

Data da consulta: 08/06/2020 10:30:50

Data da última atualização: 06/06/2020 10:15:09

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 07122031683

LIMPAR

Data da consulta: 08/06/2020 10:30:50

Data da última atualização: 06/06/2020 10:15:09

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							